



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (COPA)
MISSÃO DE BONS OFÍCIOS AO HAITI
12 A 15 DE NOVEMBRO DE 2004**

Relatório

INTRODUÇÃO

No período de 12 a 15 de novembro de 2004, uma delegação de parlamentares da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) realizou Missão Política-humanitária ao Haiti com o objetivo de verificar *in loco* as condições sociais, políticas e econômicas ali então existentes com o propósito de melhor avaliar como continuar contribuindo para a plena estabilização política e a recuperação sócio-econômica daquele País.

Integraram a delegação os deputados brasileiros Maria José Maninha, Presidente da COPA, Dra. Clair e Fernando Gabeira, a canadense Charlotte L'Écuyer, deputada da Assembléia Nacional do Québec, e a venezuelana, Jhannett Madriz Sotillo, deputada do Parlamento Andino.

A comitiva foi acompanhada por Joelson Dias, advogado da COPA, Joël Monfils, da Direção de Relações Interparlamentares e Internacionais da Assembléia Nacional do Québec, e Fernando Apparício da Silva, Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Após a observação do referendo revocatório na Venezuela, em agosto de 2004, o envio de missão para acompanhar as eleições presidenciais do Uruguai, em 31 de outubro de 2004, a Missão ao Haiti constituiu-se na terceira iniciativa diplomática da Copa no decorrer do segundo semestre de 2004.

Fundada em 1997, a COPA reúne todos os 35 (trinta e cinco) Congressos Nacionais do Continente Americano, bem como organismos interparlamentares e Assembléias Legislativas dos Estados Federados, o que a torna a única entidade pan-americana onde têm assento parlamentares tanto dos Estados Unidos da América (EUA) como de Cuba.

A principal missão da COPA é incentivar a participação dos parlamentos nacionais na integração entre todos os países das três Américas.

No caso específico do Haiti, esse estímulo revela-se ainda mais necessário pela contribuição que pode ser acrescentada por esses países aos esforços já desenvolvidos pela comunidade internacional para a solução pacífica e duradoura da crise política deflagrada com a saída do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004.

Ressalte-se ainda o fato de que até a expiração de seus mandatos em 2004, dois deputados e um senador haitianos integravam o Comitê Executivo da COPA.

Ainda em março de 2004, durante reunião de seu Comitê Executivo que foi realizada em Brasília, Brasil, a COPA já externava sua preocupação com a situação no Haiti.

Naquela ocasião, seu Comitê Executivo adotou resolução (em anexo) conclamando o governo de transição, todos os partidos políticos e representantes da sociedade civil para que atuassem em busca de uma solução pacífica ao conflito, para a consolidação do Estado de direito, para o fortalecimento das instituições democráticas e também para a realização, dentro de um prazo razoável, de eleições parlamentares justas, livres e transparentes.

Nos dias 24 e 25 de setembro de 2004, durante reunião realizada em San Juan, Porto Rico, o Comitê Executivo da COPA mais uma vez voltou a debater a situação do Haiti e externar sua preocupação em relação à precariedade da segurança no Haiti. (resolução em anexo)

Assim, além de reiterar o seu apelo a todos os haitianos a fim de que renunciassem à violência que comprometia a segurança e a implantação de um clima apaziguante no país, a COPA solicitou, na ocasião, que as forças rebeldes, ainda armadas e ativas, cooperassem com o governo de transição haitiano e com as forças de ordem entregando suas armas ilegais às autoridades.

Em suas considerações, a COPA lamentava a acelerada e grave deterioração das condições sócio-econômicas do País, apelando, assim, para que a comunidade internacional e as instituições internacionais de financiamento respeitassem seus engajamentos em prol da consolidação da democracia no Haiti e da diminuição da pobreza que lesa a maioria de haitianos.

Por fim, a COPA externou sua solidariedade ao povo haitiano em relação à tragédia que a passagem da tempestade tropical Jeanne representou e solicitou a todos os países das Américas que fizessem todos os esforços possíveis em termos de ajuda humanitária.

Como um dos resultados de sua Missão de Bons Ofícios ao Haiti, a COPA espera, assim, sensibilizar os parlamentos nacionais e a comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), na adoção de medidas que, somadas às iniciativas da própria sociedade haitiana, permitam agilizar a plena estabilização política e a recuperação sócio-econômica do País.

ATIVIDADES DA DELEGAÇÃO DA COPA

Durante o seu período de estada no Haiti, a delegação da COPA reuniu-se com autoridades do governo de transição, dentre elas, o Primeiro-Ministro Gérard Latortue e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yvon Siméon.

A comitiva da COPA também visitou instalações da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹ nas cidades de Porto Príncipe e Gonaïves e nelas participou de reuniões com autoridades do seu Alto Comando, dentre elas, o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante da Força, acompanhado de seus assistentes, o

¹ A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), nos termos da Resolução 1542, de 30 de abril de 2004.

Comandante Carlos Chagas V. Braga e o Coronel Williams J. Soares; o Embaixador Juan Gabriel Valdés, Representante Especial do Secretário Geral da ONU,² acompanhado, dentre outros, pelo Chefe da Assistência Eleitoral, Gerardo Le Chevallier; o General Américo Salvador de Oliveira, Comandante da Brigada Haiti e do contingente da tropa brasileira que integra a MINUSTAH, acompanhado do Coronel Antônio Quixadá de Vasconcelos, Chefe do Estado Maior da Brigada Haiti; o Tenente Coronel Isaías, Comandante da Área Alfa da Brigada Haiti e do 19º Batalhão de Infantaria; o Capitão de Mar-e-Guerra Nepomuceno, Comandante da Base Rachel de Queiroz, onde se encontra instalado o Grupamento de Fuzileiros Navais que também compõe o contingente da tropa brasileira; e o Capitão Sanchez, Comandante do contingente da tropa argentina da MINUSTAH, acompanhado do Tenente Coronel Ferreyra, Chefe do batalhão alojado na cidade de Gonaïves.

A Missão também foi recebida em audiência pelo Senador Gérald Gilles e os ex-Deputados Yves Cristalin e James Desrosin, lideranças da agremiação partidária Família Lavalas (Fanmi Lavalas), base de sustentação política do então Presidente Jean-Bertrand Aristide.

Reunidos com os representantes da COPA também estiveram outras lideranças políticas que se apresentaram como opositores a Jean-Bertrand Aristide e ao partido Fanmi Lavalas, como Micha Gaillard,³ Secretário Adjunto do KONAKOM (*"Parti du Congrès National des Mouvements Démocratiques"*); Robert Auguste, Presidente do AKADEM (*"Ayiti Kapab Demokratik"*);⁴ Serge Gilles, ex-Senador do PANPRA; Edgard Leblanc, ex-senador e coordenador da OPL (*"Organisation du Peuple en Lutte"*); e Rony Smarth, também da OPL.⁵

Os parlamentares da COPA reuniram-se ainda com Susy Castor, historiadora e Diretora do Cresfed Centre de Recherche, viúva de Gérard Pierre-Charles, ex-presidente da agremiação partidária Organização do Povo em Luta (OPL). Na ocasião também estiveram presentes William Kennel-Pierre, arquiteto; Daniel Pierre-Charles, especialista em esportes e Secretário de Estado da Juventude; Edgard Leblanc, ex-senador e coordenador da OPL; Paul Denis, ex-senador da OPL e Presidente da comissão instalada pelo governo de transição para investigar os atos de corrupção cometidos no último período de governo do então Presidente Jean-Bertrand Aristide; Paul Lacombe, do setor privado e ex-Diretor da Telecomunicações do Haiti (TELECO); Tânia Pierre-Charles, médica e especialista em saúde pública; e Jacky Lumark, reitor da Universidade Quisqueya.

Os representantes da COPA também se encontraram com Jean Claude Bajoux, Presidente do Centro Ecumênico de Direitos Humanos.

O professor Ricardo Seintefus, enviado pelo governo brasileiro, também foi entrevistado pelos parlamentares da COPA.

² Nos termos da Resolução S/RES/1542 (2004) do Conselho de Segurança da ONU, o Representante Especial do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) é o responsável pela coordenação e condução de todas as atividades das agências, fundos e programas das Nações Unidas no Haiti.

³ Micha Gaillard foi porta voz do primeiro governo de Jean-Bertrand Aristide, durante o seu exílio.

⁴ O KONAKOM é um dos quatro partidos políticos que integram o movimento de fusão dos partidos de esquerda no Haiti, que se noticia será concluída em dezembro de 2004. O partido fez oposição a Aristide e é um dos que apóia o governo de transição. Particularizou-se na esquerda haitiana pela posição favorável ao estabelecimento da MINUSTAH no País, em especial à presença brasileira.

⁵ Rony Smarth foi primeiro ministro durante o governo do ex-Presidente René Préval.

Juntamente com sua esposa, o embaixador brasileiro no Haiti, Armando Vitor Boisson Cardoso, recebeu a comitiva da COPA em coquetel oferecido em sua residência, no qual estiveram presentes, além do Ministro-Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, Arnaldo Caiche d'Oliveira, o comandante da MINUSTAH, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, acompanhado de seus assistentes, o Comandante Carlos Chagas V. Braga e o Coronel Williams J. Soares; o General Américo Salvador de Oliveira, o Coronel Antônio Quixadá de Vasconcelos, a Embaixadora da Suécia e representante da Embaixada do Canadá.

Durante sua permanência em Porto Príncipe, a comitiva da COPA visitou as áreas denominadas “Alfa” e “Bravo” da Brigada Haiti, onde se encontra instalado o seu Comando e parte do contingente da tropa brasileira que integra a MINUSTAH, e a Base Rachel de Queiroz, onde se acha alojado o Grupamento de Fuzileiros Navais brasileiro.

Partindo da Base Rachel de Queiroz, em carros de combate blindados, a delegação da COPA foi até o porto da cidade, percorrendo toda a sua região adjacente, bem como a Champ de Mars, a zona onde se encontra situado o Palácio Presidencial, e aos bairros de Cité Soleil e Bel Air, passando, ainda, pela área de mercado popular conhecida como “Cozinha do Inferno”.

A comitiva atravessou boa parte da região de Delmas e de outros bairros populares no trajeto de seus deslocamentos em direção às instalações militares da MINUSTAH que visitou em Porto Príncipe, desde o Hotel Montana, onde os seus integrantes ficaram hospedados, situado próximo a Pétienville, que também conheceram.

A delegação da COPA visitou ainda a cidade de Gonaïves, no Departamento de Artibonite, onde ocorreram os maiores prejuízos materiais e o maior número de vítimas com a passagem da tormenta tropical Jeanne em setembro de 2004. Nessa sua última visita, a comitiva deslocou-se em helicóptero, devido às más condições da estrada que liga Porto Príncipe a Gonaïves, que, à época, inclusive apresentava longo desvio a ser percorrido, visto que extenso trecho do caminho ainda se encontrava inundado.⁶

Antes de sua ida à Gonaïves, a comitiva sobrevoou durante um certo tempo a cidade de Porto Príncipe, o que lhe permitiu observar a vasta extensão territorial de toda a região metropolitana desta última cidade.

Militares do contingente da tropa brasileira que integra a MINUSTAH encarregaram-se da segurança da comitiva da COPA, acompanhando-a em todos os seus deslocamentos durante todo o tempo em que esta permaneceu no Haiti.

O haitiano Nixon Collin foi o condutor do veículo utilizado pela delegação da COPA em seus deslocamentos.

⁶ Além do helicóptero de que se serviu a Missão, um outro, também russo, foi alugado pela ONU e encontra-se à disposição da MINUSTAH. A eles, somam-se outros helicópteros militares pertencentes ao contingente da tropa chilena da MINUSTAH.

ANTECEDENTE HISTÓRICO DA CRISE ATUAL DO HAITI A PARTIR DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM 21 DE MAIO DE 2000

Justamente em 2004, ano em que comemora o bicentenário de sua independência, celebrada em 1º de janeiro, e a vitória na guerra contra a escravidão e o colonialismo, deflagrou-se a atual crise política no Haiti.

A generalização dos distúrbios da ordem pública em diversas regiões do Haiti, principalmente na cidade de Gonaïves, resultou na saída do País em 29 de fevereiro de 2004 do então Presidente Jean-Bertrand Aristide, com o conseqüente agravamento da instabilidade política e do clima de insegurança vivido pela população, a deterioração ainda mais acelerada e acentuada das condições sócio-econômicas, a perda de inúmeras vidas humanas e a ocorrência de consideráveis prejuízos materiais.

Concomitantemente às manifestações com motivação política, que acusavam o governo de violar os direitos humanos e clamavam pela sua renúncia, intensificou-se a atuação criminosa de indivíduos e bandos armados que, além de semear o pânico e a insegurança, colocaram em cheque a própria ordem constitucional e o funcionamento das instituições estatais.

Relatos dão conta de que a crise atual na verdade foi o ponto culminante dos conflitos políticos que se verificam desde as eleições realizadas em 21 de maio de 2000.

Setores da comunidade internacional e a oposição a Aristide, reunida no movimento Convergência Democrática, que congregaria segmentos políticos independentes, de esquerda e de direita, acusaram o governo, então chefiado pelo ex-Presidente René Préval, de ter manipulado o resultado das eleições e o Conselho Provisório Eleitoral de não ter seguido os ditames constitucionais. O governo haitiano, por sua vez, sustentava a ocorrência de mera disparidade na interpretação da legislação eleitoral.

A oposição boicotou as eleições, às quais compareceram apenas 10% dos eleitores com direito de voto.

Em 7 de fevereiro de 2001, Jean-Bertrand Aristide tomou posse como Presidente do Haiti, para exercer um mandato que se estenderia até 2006.

Desde aquela época e até o desencadeamento da crise atual, foram várias as resoluções da ONU⁷ e da OEA⁸ chamando a atenção da comunidade internacional para a situação do Haiti e conclamando as partes envolvidas a celebrarem um acordo político que permitisse a solução pacífica do conflito.

⁷ ONU, Conselho de Segurança Resoluções S/RES/1542 (2004), "Estabelecimento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti"; S/RES/1529 (2004) e Assembléia Geral Resoluções A/RES/59/17, "Financiamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti"; A/RES/58/311, "Financiamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti".

⁸ OEA, Conselho Permanente Resoluções CP/RES. 862 (1401/04), "Situação no Haiti"; CP/RES. 861 (1400/04) "Apoio à Ordem Pública e ao Fortalecimento da Democracia no Haiti"; CP/RES. 822 (1331/02), "Apoio ao Fortalecimento da Democracia no Haiti"; CP/RES. 806 (1303/02) corr. 1, "A Situação no Haiti"; CP/RES. 786 (1267/01), "Apoio à Democracia no Haiti"; e CP/RES. 772 (1247/02) e Assembléia Geral Resoluções AG/RES. 1959 (XXXIII-O/03), "Apoio ao Fortalecimento da Democracia no Haiti"; AG/RES. 1841 (XXXII-O/02), "A Situação no Haiti"; e AG/RES. 1831 (XXXI-O/01), "Apoio à Democracia no Haiti".

Da mesma forma e com o mesmo intento, sucessivas missões internacionais especialmente da OEA e da Comunidade de Países do Caribe (CARICOM) também foram enviadas ao País que, no entanto, não lograram êxito em suas iniciativas.⁹

Em 12 de junho de 2002, comitiva de negociação formada pela OEA e a CARICOM propôs minuta Acordo Inicial ao governo haitiano e à Convergência Democrática.

À época, o partido Fanmi Lavalas e a Convergência Democrática tinham inclusive concordado sobre a necessidade da realização de eleições em 2003 e com a formação de um Conselho Provisório Eleitoral, bem como acordado sobre a sua composição e as providências que seriam necessárias para a indicação de seus membros, conforme prescrito na referida minuta do Acordo Inicial proposta pela OEA.

O governo haitiano propusera então que as eleições locais e para o legislativo se realizassem no primeiro semestre de 2003.

Não chegou a bom termo no entanto o acordo político tentado visto que os prazos inicialmente previstos não foram cumpridos pelo governo haitiano, que também não teria implementado outras providências ali estipuladas.

Outra delegação de Alto Nível da OEA/CARICOM novamente visitou o Haiti nos dias 19 e 20 de março de 2003 buscando resgatar o compromisso das partes conflitantes no cumprimento dos termos do Acordo Inicial.

À época, cobrava-se do governo haitiano também a adoção de medidas para a renovação e profissionalização do comando policial, inclusive para por fim à impunidade daqueles implicados nos atos de violência praticados em 17 de dezembro de 2001, bem como para a implementação do desarmamento.¹⁰

Na mesma oportunidade, a OEA advertia ainda a sociedade civil haitiana e a Convergência Democrática que não iria apoiar os esforços para remoção do Presidente do Haiti mediante confrontações violentas nas ruas e outras ações ou iniciativas contrárias ao processo democrático.¹¹

Naquele mesmo ano de 2003, o governo do Presidente Aristide chegou a nomear um novo Diretor-Geral da Polícia Nacional Haitiana (PNH) e assinar termo de referência com a Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti, assumindo, dentre outros compromissos, o de profissionalizar a polícia, garantir a segurança eleitoral, promover o desarmamento, a justiça e os direitos humanos.

Ainda em 2003 um movimento unindo partidos políticos de oposição e lideranças da sociedade civil e do setor privado começou a clamar pela renúncia de Aristide.

⁹ Ver, por exemplo, o Sexto Relatório da Missão da Organização dos Estados Americanos ao Haiti na missão OEA-CARICOM ao Haiti de 5 a 10 de julho de 2002 (CP/doc. 3625/02 corr. 3) e o Relatório do Secretário Geral em Resposta ao CP/INF. 4724/02 (CP/doc.3643/02 corr. 1).

¹⁰ OEA, Assembléia Geral, Resolução AG/RES. 1959 (XXXIII-O/03), "Apoio ao Fortalecimento da Democracia no Haiti".

¹¹ OEA, Assembléia Geral, Resolução AG/RES. 1959 (XXXIII-O/03), "Apoio ao Fortalecimento da Democracia no Haiti".

Em 2004, extinguiu-se o mandato de todos os deputados e da maioria dos senadores, sem que eleições para a sua renovação tivessem sido realizadas em 2003.

Buscando contribuir para o restabelecimento da ordem constitucional e a pacífica solução do conflito no Haiti, em 31 de janeiro de 2004, em Kingston, na Jamaica, a CARICOM propôs um Plano de Ação Prévia que, dentre outros, estabelecia a observância das resoluções da OEA, a necessidade de se definir regras para as manifestações, a libertação de detentos, o desarmamento de gangues, o estabelecimento de um amplo conselho de aconselhamento, a indicação de um novo governo mediante a identificação de um Primeiro Ministro neutro, independente e que gozasse de confiança pública.

Na mesma época, a OEA expressava seu firme apoio ao governo do Presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide em seus esforços de restaurar a ordem pública pelos meios constitucionais e conclamava-o a cumprir com todos os seus compromissos e aderir aos prazos estipulados na iniciativa da CARICOM.¹² Da mesma forma, chamava a oposição política democrática e a sociedade civil a agirem com responsabilidade, denunciarem o uso de violência e se engajarem no processo democrático em conformidade com a proposta da CARICOM.¹³

No entanto, os opositores políticos de Aristide rejeitaram o Plano de Ação Prévia da CARICOM, os distúrbios da ordem pública se generalizaram e, em 29 de fevereiro de 2004, o então Presidente Jean-Bertrand Aristide deixou o País.

Antes, o próprio Conselho Permanente da OEA solicitara ao Conselho de Segurança da ONU que tomasse as medidas urgentes necessárias e apropriadas, conforme estabelecido na Carta das Nações Unidas, para solucionar a crise no Haiti.¹⁴

No mesmo dia em que Jean-Bertrand Aristide deixou o País, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas adotou a Resolução 1529, em que tomava nota da sua renúncia como Presidente do Haiti e da posse de Boniface Alexandre como Presidente em Exercício segundo o previsto na Constituição do Haiti, e conclamava os Estados Membros a *“apoiarem a sucessão constitucional e o processo político desde então em andamento no Haiti”*.¹⁵

Em 4 de março de 2004, instalou-se um Conselho Tripartite, integrado por representantes do partido Fanmi Lavalas, da oposição e da comunidade internacional (ONU/OEA), incumbido da escolha de sete pessoas eminentes para comporem o “Conselho de Sábios” que, por sua vez, apontaria o novo Primeiro-Ministro.

Em 8 de junho de 2004, a Assembléia Geral da OEA, reunida em Quito, Equador, também adotou resolução reconhecendo o governo de transição do Haiti e incumbindo o Conselho Permanente da OEA de empreender *“todas as iniciativas diplomáticas necessárias, incluindo bons ofícios, para o pleno restabelecimento da democracia no Haiti.”*

¹² Conselho Permanente Resolução CP/RES 861 (1400/04) “Apoio à Ordem Pública e ao Fortalecimento da Democracia no Haiti”.

¹³ Id.

¹⁴ OEA, Conselho Permanente Resolução CP/RES. 862 (1401/04), “Situação no Haiti”.

¹⁵ Conselho de Segurança Resolução S/RES/1529 (2004).

Em 23 de agosto de 2004 foi assinado acordo entre o Haiti, a ONU e a OEA prevendo a realização de eleições presidenciais, parlamentares e locais em 2005.

O Conselho Eleitoral Provisório já divulgou sua intenção de realizar as eleições municipais em 6 de novembro de 2005, o primeiro turno das eleições presidenciais e parlamentares em 27 de novembro daquele ano e, finalmente, o segundo turno das eleições presidenciais, se necessário, em 18 de dezembro de 2005.

A SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL

O Governo de Transição

Com a saída do País do Presidente Jean Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004, assumiu o cargo, segundo o disposto na Constituição do Haiti, o então Presidente da Corte de Cassação, Boniface Alexandre. Alexandre havia assumido a presidência daquele Tribunal, em 2002, por indicação do próprio Aristide.

Em 9 de março de 2004, a partir de uma lista tríplice, o “Conselho de Sábios” apontou Gérard Latortue como Primeiro-Ministro Interino do Haiti.

Latortue que, antes, em 1963, havia deixado o Haiti, fugindo do regime duvalierista, retornou ao Haiti em 1988, servindo como Chanceler do Governo Manigat, mas, poucos meses depois, voltaria a deixar o País, em decorrência de novo golpe militar.

O Primeiro Ministro Interino e o Conselho de Sábios teriam optado por escolher os membros do atual Ministério de transição entre técnicos, com base em sua reconhecida competência, e não pela sua afiliação ou vínculos político-partidários.

O governo de transição é formado, assim, por haitianos que, muito embora tenham exercido cargos governamentais em um passado distante, há certo tempo já se encontravam vivendo fora do País, e que, por ocasião da assunção em suas novas funções, teriam inclusive assumido o compromisso de não concorrerem nem aceitarem nomeação para nenhum cargo público quando da instalação do novo governo.

Alguns sustentam, no entanto, que essa sua composição somente por técnicos teria resultado na falta de “*instinto político*” do governo de transição, que administraria apenas deixando o tempo passar, sem planejamento adequado e não sabendo definir o que é prioritário.

Relatos dão conta, assim, da falta de um projeto específico do Governo Transitório para administrar o País até a realização das eleições que, por esta razão, estaria “*perdido*” e, com isto, buscando responsabilizar a MINUSTAH pelo recrudescimento da violência e cobrando-lhe a execução de ações sociais.

O governo de transição também foi apontado como inábil em suas negociações com os grupos políticos dissidentes.

Alguns também questionam se, em certas ações, o governo transitório não estaria agindo de modo seletivo em relação a apenas uma determinada força política, o que acabaria por dificultar ou mesmo impedir o restabelecimento de um clima de segurança e a reconciliação política. Como exemplo disso, a comitiva da COPA foi informada da prisão de ex-parlamentares do partido Fanmi Lavalas, da expedição de mandado de prisão contra o ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide e da criação de uma comissão que teria por atribuição investigar os atos de improbidade e corrupção cometidos apenas durante o governo desse último presidente.

Por outro lado, são citados como aspectos positivos do governo de transição a inexistência de corrupção e, além do não cometimento de violações de direitos humanos, o empenho demonstrado em buscar evitar que as forças policiais as pratiquem.

Destacou que a questão da segurança no Haiti não poderá ser resolvida somente com os militares e a polícia. A violência seria decorrente da miséria, da perda de esperança, da marginalização, da falta de água, eletricidade e trabalho, que acabam criando as condições de delinquência.

Defende, assim, a implementação de um programa de desenvolvimento social e econômico, que facilite a criação de emprego, a geração de renda, a promoção de investimentos e que aporte esperança aos segmentos populacionais que vivem nas zonas mais marginalizadas.

Mais que humanitária seria necessária assim ajuda para o desenvolvimento.

Acredita que as falhas que ocorreram no início da MINUSTAH, porque *“a missão ia numa direção e a polícia em outra”*, teriam sido resolvidas com a criação de um grupo conjunto PNH-MINUSTAH e as reuniões que passaram a ocorrer de modo regular entre o governo de transição e o Representante Especial do Secretário Geral da ONU. Admite que assim a violência inclusive já teria sido reduzida em Bel Air.

Afirma que não pretende a supressão de todos os atos de violência, o que não seria possível, mas que todos os partidos políticos não se utilizem dela para chegar ao poder e que os criminosos não se misturem com questões políticas.

Convida todos os partidos a participarem do processo eleitoral, inclusive Fanmi Lavalas.

Quer criar as condições para que a sociedade se torne mais democrática, aceitando a participação do outro.

Aduz que a democracia não pode sobreviver sem que todos os haitianos possam participar igualmente do processo eleitoral, que passaria por eleições livres e transparentes.

Espera para o mês de dezembro de 2004 a definição do calendário eleitoral e o início da confecção das listas de eleitores.

Lamenta que o parlamento não esteja funcionando mas espera que a normalidade seja restabelecida com a realização das eleições.

Acredita que certos governos nacionais ainda hesitam em tomar medidas em apoio à solução da crise no Haiti que podem ser consideradas impopulares. Conclama, assim, os eleitos pelos parlamentos representados pela COPA a explicarem às suas respectivas Casas Legislativas, aos seus governos, o que se passa no Haiti e a pedirem ajuda para o País.

Algumas das Forças Políticas

A Convergência Democrática

Os opositores do então Presidente Jean-Bertrand Aristide, reunidos no movimento Convergência Democrática, noticiam a ocorrência durante o seu governo de tortura, atos de improbidade, corrupção, tráfico ilegal de drogas e violência cometida por gangues armadas, bem como uma repressão sistemática contra os seus adversários políticos, jovens, partidos políticos e o movimento camponês. A casa de Victor Benoît e o local de trabalho de Micha Gaillard, ambos do KONACOM, teriam sido inclusive incendiados por simpatizantes de Aristide.

Afirmam que Aristide teria feito um governo populista “bastardo”, explorando os setores mais marginalizados da população, da mesma forma que Duvalier em sua época manipulava a questão racial.

Ainda durante o governo do ex-Presidente Préval a Câmara e o Senado teriam sido postos de lado.

As eleições de 2000 teriam se constituído em um verdadeiro golpe de Estado eleitoral. Todos os parlamentares que foram eleitos eram partidários do movimento Lavalas.

Afirmam que tentaram negociar a saída da crise eleitoral mas que não lograram êxito em decorrência da vontade de Aristide em conservar todo o poder.

Pouco a pouco a população teria então começado a compreender que a violação eleitoral convertia-se também em violação de direitos humanos.

Noticiam que a comoção contra Aristide teria tido início a partir de 5 de dezembro de 2003, ocasião em que o Reitor da Universidade do Estado teve seu joelho quebrado por um comando de “*chimères*”, apontado como o braço armado dos simpatizantes do ex-presidente.

Sustentam que a Convergência Democrática, por filosofia, buscava o compromisso. Aqueles que acusavam o movimento de ser intransigente teriam passado a entender então que não havia mais como negociar com Aristide.

Dizem ser falsa a acusação que atribuem a Aristide de que a Convergência Democrática não queria a realização de eleições. Contestavam as eleições de 2000, queriam a saída de Aristide, mas alegam que não pretendiam assumir o poder.

Registram que a Convergência Democrática, na verdade, debatia-se contra dois adversários: Aristide e os americanos. Noticiam que na semana anterior à saída de Aristide, o Secretário de Estado Americano Noriega encabeçara a delegação internacional que demandava à Convergência Democrática que aceitasse a permanência de Aristide no poder com a escolha de um primeiro ministro independente.

Afirmam que a Convergência Democrática não concordou com a proposta já que pretendia que a saída de Aristide ocorresse mediante transição em um período de seis meses. Irritaram-se, portanto, porque se sentiram *“roubados em sua vontade”* quando os americanos saíram com Aristide.

A *“imprensa do norte”* teria deturpado os fatos de que foram os rebeldes que depuseram Aristide quando, na verdade, tinha sido a Convergência Democrática que há muito vinha trabalhando pela sua saída. Não poderiam ser vinculados com Guy Phillippe que nada teria a ver com a causa da Convergência Democrática.

Reconhecem erros que teriam cometido ainda em 1996, quando afirmavam que duvalieristas, *“macoutes”* e ex-militares não podiam participar da disputa pelo poder. Hoje não dizem que não querem os simpatizantes do movimento Lavalas *“como parte do jogo”*, mas que apenas não aceitam que dele participem os *“chimères”*.

Afirmam que a *“esquerda democrática”* encontrava-se numa encruzilhada, entre o anarco-populismo de Aristide e o retorno da velha direita, razão pela qual dependeria do firme apoio internacional, dos governos, do povo, do parlamento, para que dela pudesse sair.

Estariam lutando pelo restabelecimento do Estado de direito, pela *“reinstucionalização”* do País.

Defendem a cooperação na área econômica já que o governo de Aristide não teria criado senão novos ricos. Necessitam também da cooperação política. Esperam que autoridades legítimas sejam escolhidas em eleições bem organizadas, para que possam então caminhar rumo à paz e à estabilidade. Sem a ajuda da comunidade internacional essa luta seria mais difícil.

Aduzem que a MINUSTAH, cujo trabalho admitem que nada tem a ver com uma força de ocupação, tem garantido a segurança, muito embora afirmem que a população lamenta o fato de a missão não estar sendo mais firme em relação aos *“chimères”*.

A estabilidade que deve ser garantida pela MINUSTAH é fundamental para a realização das eleições e dos investimentos no País.

Entendem que a situação política venezuelana é distinta daquela vivida pelo Haiti, acreditando deva ser rompido o bloqueio que existiria entre os dois países. Vêm com bons olhos a eventual cooperação na realização das eleições a ser prestada pela União Interamericana de Organismos Eleitorais, presidida por representante do Panamá e secretariada por outro da Costa Rica.

Acreditam que a renúncia da Presidente do Conselho Eleitoral Provisório, *“muito conflitante do ponto de vista humano”*, irá favorecer a evolução do processo.

O Movimento Lavalas

O Movimento Lavalas contemplaria todas as classes sociais, mas principalmente os segmentos menos favorecidos da população. Seria um ideal de justiça social para os mais pobres.

Acreditam que foi mesmo um ato de coragem da comitiva da COPA ter decidido se reunir com representantes do partido Fanmi Lavalas cujos simpatizantes desde a saída do País de Aristide seriam os mais perseguidos, sobretudo nos bairros populares, inclusive pelo governo de transição.

Uma parte dos seus antigos simpatizantes já não quer mais discutir se Aristide foi ou não destituído. Não estaria mais interessada em saber se Aristide renunciou ou se mudou de posição depois de sua saída.

Aristide representaria um símbolo de esperança para uma parcela significativa da população que ainda continuaria sofrendo com a sua não concretização.

Esperam que a COPA, por intermédio de sua relação com os governos latino-americanos e norte-americano, possa auxiliar no bloqueio a essa “*repressão cega*” e contribuir para a realização da democracia no Haiti.

Não é a força de estabilização, americana ou brasileira, que iria ajudar o Haiti, mas o consenso que os próprios haitianos deveriam encontrar. Não querem entrar no conflito entre a burguesia e as massas desfavorecidas. Hoje, mais que isso, os haitianos precisariam encontrar um espaço em que todos os partidos pudessem se exprimir e manifestar publicamente.

Partidários do ex-presidente Jean Bertrand Aristide já admitem que erros foram cometidos, que abusos de poder teriam ocorrido, o que não justificaria, no entanto, a sua exclusão do diálogo nacional e a repressão sistemática contra as massas pobres. O reclamado retorno de Aristide estaria sendo usado como um pretexto para justificar a repressão.

O governo de transição estaria blefando quando fala de diálogo visto que partidários do movimento Lavalas estão impedidos de se exprimir e se encontram no exílio ou na prisão. País estaria vivendo uma verdadeira “*ditadura feroz*”.

O primeiro ministro Latortue seria moderado mas outros ministros do governo seriam opositores do movimento Lavalas e rebeldes à ordem estabelecida, visto que não obstante os erros cometidos por Aristide ele era o presidente eleito democraticamente.

Informaram que a Câmara encontra-se fechada com a expiração do mandato dos Deputados e que quinze dos senadores estariam agora na prisão ou no exílio. Apenas três senadores ainda permaneceriam livres mas impedidos de ir ao Parlamento e de atuar, tendo sido inclusive privados da utilização de seus veículos oficiais. Até à época da prisão do presidente do Senado ainda recebiam seus subsídios.

Estão contentes com a solidariedade demonstrada pela comunidade internacional, afirmando que querem ir às urnas e continuarem ligados a Aristide, que apontam como seu “*líder espiritual*”, muito embora reconheçam os erros que por ele teriam sido cometidos durante o seu último governo.

Sustentam que Fanmi Lavalas não é só Aristide mas apresenta outros líderes potenciais, que também querem que o seu direito à existência seja reconhecido pelo governo de transição.

Defendem que com a saída de Aristide outro golpe de estado clássico teria ocorrido. As elites política e econômica do Haiti não conseguiriam viver sob regime democrático.

Mesmo com a saída de Aristide nenhum outro líder político ainda teria emergido sendo que a grande maioria da população ainda o apóia.

Acreditam nas eleições porque são majoritárias, afirmando que não pode haver dois tipos de democracia, uma para os países mais e outra para os menos desenvolvidos.

Afirmam ser contra a violência e a favor da paz e de um diálogo nacional que contemple todos os setores.

As massas hoje se encontrariam mais desoladas com a tentativa de isolamento do Fanmi Lavalas, que ainda teria o apoio de 60% a 70% da população.

Noticiam que, além do ex-primeiro ministro Yvon Neptune, no mês de outubro de 2004 três outros parlamentares e líderes do partido Fanmi Lavalas também foram presos, sendo um deles o presidente do Senado, Feullé Yvon, um outro ex-deputado e Presidente da Câmara, Herineaux Ruddy e ainda um senador do partido, Gérald Gilles, posteriormente libertado. São considerados presos políticos visto que ilegalidades teriam sido cometidas no ato de prisão e na sua permanência em detenção, sem o conhecimento dos crimes que a eles são atribuídos ou diante da inexistência de provas de que seriam os autores intelectuais de delitos.

Sustentam que mesmo com a saída de Aristide queriam que fosse implementado o Plano de Ação da CARICOM. Concordariam até mesmo que o primeiro ministro fosse de oposição mas o governo deveria ser de co-habitação e não anti-Lavalas como seria o atual de transição.

Admitem que há partidários do ex-Presidente Aristide que são extremistas, que também seriam responsáveis pelo cometimento de atos de violência. Argumentam, não obstante, que o ideal Lavalas permanece e que por isto seguem contrários à violência.

Esperam que todos os líderes possam se sentar à mesma mesa e extirpar o espírito de vingança e que a comunidade internacional ajude na formação de um governo de consenso e que respeite o verdadeiro estado de direito.

Acreditam que hoje existiriam mais de 4.500 presos políticos, sendo que mais de 3.000 teriam sido detidos a partir de fevereiro de 2004.

Afirmam que não participam do Conselho Eleitoral Provisório porque toda vez que reclamam o seu espaço o governo de transição cometeria alguma arbitrariedade, fazendo de tudo para que não participem do CEP.

Supõem que a população tenha resolvido realizar manifestação clamando pelo retorno do ex-Presidente Aristide porque a MINUSTAH garantiria a sua segurança, acabando, ao final, no entanto, sendo vítima de agressão por parte da polícia haitiana.

Não acreditam que será possível a realização de eleições se partidários do movimento Lavalas permanecerem detidos como presos políticos, esperando que a comunidade internacional continue atenta para não emprestar o seu apoio caso o pleito venha a ocorrer nestas condições.

Supõem que apenas 10% participaram das eleições de 2000 porque não havia candidatos fortes concorrendo contra Aristide, lembrando que o número de eleitores tinha sido bem maior no pleito realizado em maio daquele mesmo ano.

Até aquele momento não tinham notícia da cassação de direitos políticos pelo governo de transição.

A Organização do Povo em Luta

Muito embora a desorganização e a ausência do Estado sejam problemas estruturais do País, somente estes fatores não seriam suficientes para explicar o que estava se passando no Haiti. O movimento Lavalas teria criado uma grande expectativa em 1990 de que o Estado seria organizado e os problemas resolvidos. Passados dez anos, não se teria conseguido nem organizar o povo, nem recuperar o Estado.

Da mesma forma que na Somália, hoje no Haiti também estariam se formando “*chefes de guerra*”, com gangues que atacam as pessoas para se beneficiarem da ajuda em proveito próprio.

Defendem, assim, a necessidade de serem reconstruídas as instituições, que o governo anterior teria destruído totalmente, como o parlamento, que nunca funcionou, bem como de o povo ser organizado para fazer frente às catástrofes e devolver a legitimidade do poder. Caso contrário, somente a ajuda humanitária não será suficiente.

Asseveram que há forças em diferentes níveis na sociedade haitiana, e inclusive no exterior, como o movimento Lavalas, ex-militares e facções políticas não-organizadas com interesses próprios, que não querem a realização das eleições.

Haiti precisaria da solidariedade e não da intervenção internacional, apoiando as ações de um governo legítimo que possa se corresponder com outros países.

Acreditam que as Forças armadas do Haiti teriam se decomposto em decorrência do golpe militar de 1991. No entanto, ao mesmo tempo em que as desmobilizou por decreto, Aristide teria criado uma polícia politizada, não se podendo falar, portanto, da existência durante o seu governo de uma força de segurança propriamente dita.

Ressaltam que é a primeira vez que a América Latina se interessa pela situação do Haiti, o que teria criado uma grande expectativa. Com a presença de forças permanentes da América Latina, especialmente do “*triângulo perigoso*” Brasil, Argentina e Chile, avaliam que estaria em jogo um novo projeto de globalização, um novo projeto de cooperação com o Haiti, o que poderia se constituir, no entanto, em um “*elemento de inquietação*” na dinâmica global.

Advertem, porém, que forças estrangeiras por si só não garantiriam a realização das eleições, nem a legitimidade do processo eleitoral. Seria necessário que ocorresse uma “*intervenção*” infra-estrutural, com a realização de investimentos que atinjam a população mais pobre, fazendo com que a mesma também se “*sinta incluída*”.

Sugerem que também se mostre um sinal de que as forças internacionais estão realmente construindo uma verdadeira força de polícia, realizando, por exemplo, um recrutamento amplo, que pudesse ser percebido pela população, evidenciando, assim, que os gastos não são apenas com as forças militares.

Julgam que o Estado haitiano mostra-se incapaz de controlar a violência difusa dos grupos armados.

Afirmam que as tropas estrangeiras não deveriam estar no País mas que a sua presença se faz necessária pela “*excepcionalidade*” da situação.

Sustentam que se as eleições forem realmente realizadas, será reforçada a credibilidade da MINUSTAH.

Lembram que o acordo de abril de 2004 estabeleceu que o governo de transição deveria investigar os casos de corrupção cometidos durante o governo do ex-Presidente Aristide. Sustentam, assim, que não se pode dizer que o governo de transição tenha então “*tomado partido*” pelo simples fato de ter nomeado uma comissão independente para a investigação dos fatos.

Acreditam que Aristide, como qualquer outro, deve responder perante a Justiça pelos crimes que teriam sido por ele cometidos durante o seu governo. A expedição de mandado para a sua prisão seria justificada pelo fato de que o governo teria provas mais que suficientes contra ele, não podendo Aristide se beneficiar da impunidade sob nenhum contexto.

Recordam que foi o próprio movimento Lavalas que teria decidido não participar do Conselho Eleitoral Provisório, mesmo após o governo de transição ter oferecido por três vezes a prorrogação do prazo para a indicação do seu representante.

Sustentam que não há presos políticos no Haiti e que mandados foram expedidos contra parlamentares filiados ao Fanmi Lavalas somente após a confirmação por um juiz das provas de autoria intelectual dos delitos que teriam sido cometidos durante os acontecimentos de setembro de 2004.

Outras informações

Alguns lembram que a saída de Aristide foi traumática e o grupo político que o apoiava se dividiu: um lado queria contribuir para a reconstrução democrática e o outro apostou na desestabilização.

Relatos dão conta, assim, que uma parcela de militantes do partido Fanmi Lavalas não condiciona a participação no diálogo ao retorno de Aristide, mas a um plano de negociação que inclusive já teria sido apresentado ao governo de transição e que incluiria, dentre outros, a formação de um novo Conselho Eleitoral Provisório, a nomeação de uma nova direção para a PNH, a libertação dos presos políticos, o reforço na segurança pública, o aumento dos efetivos da MINUSTAH e o desarmamento de todos os grupos ilegais do país.

Afirma-se que se o movimento Lavalas rechaçasse expressamente a violência cometida por alguns partidários de Aristide seria mais fácil obter a sua integração no processo político e no diálogo, bem assim pleitear a libertação dos considerados presos políticos.

Relatos dão conta ainda de que dias antes da visita da comitiva da COPA, partidários do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide promoveram manifestação em Porto Príncipe reivindicando inclusive o seu retorno ao governo. Muito embora a quantidade de participantes tenha sido aquém das expectativas, segundo informado por integrantes das forças militares da MINUSTAH, e não obstante o fato de a polícia ao seu final ter resolvido dispersar a manifestação, ao argumento de que não fora solicitada autorização para a sua realização, emissora de televisão internacional noticiou o fato como sendo a primeira vez que os partidários do ex-Presidente Aristide puderam clamar publicamente pelo seu retorno desde os eventos de fevereiro de 2004, afirmando que isto somente teria sido possível graças à presença da força de paz da ONU no País.

O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) se encontraria desmantelado, muito embora houvesse a expectativa de que o órgão voltasse a funcionar com a renúncia da sua ex-presidenta, ocorrida no período em que a delegação da COPA visitava o País.

A MINUSTAH estaria apoiando o trabalho do CEP e exigindo dele o reconhecimento de todos os grupos políticos existentes. O governo de transição estaria resistindo ao argumento de que o movimento Lavalas perdeu a oportunidade que lhe havia sido antes concedida. As lideranças do movimento Lavalas, por sua vez, condicionam a participação no referido órgão à libertação dos que consideram presos políticos.

Alguns sustentam que há forças que se opõem às eleições porque, além de se beneficiarem da transição, temem que o movimento Lavalas saia delas vencedor. Há muitos partidos que, uma vez divulgados os resultados do pleito, sabem que provavelmente irão desaparecer e, por isto, também não estariam demonstrando muito interesse na realização das eleições.

A população não dispõe de título eleitoral, nem existe uma lista oficial de eleitores. Por ocasião da visita da comitiva da COPA, ainda não havia sido iniciado o processo de inscrição e credenciamento dos eleitores para as eleições. Aguardava-se o início do diálogo político entre as partes conflitantes e a disponibilização pela comunidade internacional dos recursos para tanto necessários.

À época, também havia quem discutisse a proposta de realização de uma assembléia nacional constituinte.

Os ex-militares das Forças Armadas do Haiti (FAd'H)

O então Presidente Jean-Bertrand Aristide aboliu as Forças Armadas do Haiti (FAd'H) em 1995, após a sua reinstalação no poder, em outubro de 1994, depois do golpe militar de 1991.

Com a deflagração da atual crise, a instabilidade política e o clima de insegurança nas ruas teriam facilitado a mobilização também de ex-militares que, à época da visita da comitiva da COPA, estariam fazendo às vezes das forças policiais, após o desmantelamento desta última corporação em um significativo número de localidades.

Na verdade, com a deflagração da crise, diz-se que os ex-militares teriam até mesmo “humilhado” a polícia, inclusive com o apoio da população, que a considerava como parte do sistema repressivo do governo do então Presidente Aristide.

Um grande número de ex-militares estaria concentrado nas cidades de Cap-Haïtien, no Departamento do Norte, e Hinche, no Departamento Central.

Em Cap-Haïtien, após conflitos com as forças de polícia, há relato de que os ex-militares teriam inclusive assumido o desempenho de funções tipicamente policiais, como a detenção de pessoas e a realização de blitz em veículos.

A atuação dos ex-militares naquela cidade estaria sendo financiada por comerciantes, havendo a preocupação de que os mesmos eventualmente possam se transformar em um exército privado.

Como as forças armadas foram abolidas sem que, no entanto, fosse derogada a norma constitucional que estabelece a sua criação e definido em lei um regime para o pagamento de pensões, a tentativa de reorganização de uma parcela dos ex-militares, que inclusive não foram desarmados, constituiria hoje um dos maiores problemas que enfrenta a MINUSTAH.

Ex-militares de alta patente como generais e coronéis se somariam hoje ao governo de transição e ocupariam postos nos ministérios e no setor privado.

Os de patente mais baixa, que não tinham sequer o que comer, mas permaneciam com as armas, foram para as ruas.

Há relatos de que, dias antes da visita da comitiva da COPA, circularam boatos de que os ex-militares estavam planejando ocupar as comissarias de polícia do País.

A MINUSTAH mobilizou diversos contingentes para auxiliar a polícia e evitar as ocupações. Após enfrentamentos e duas mortes, os ex-militares tomaram as comissárias em Petit Goave e Cap Haïtien.

Semelhante tentativa de grupos armados ilegais exercerem o poder de polícia de modo não autorizado já havia sido antes inclusive condenada pelo Conselho de Segurança da ONU.¹⁶

Desde então, a MINUSTAH que, segundo o mandato que lhe foi conferido pelo Conselho de Segurança da ONU, deve assistir ativamente as instituições de segurança do governo transitório nas atividades de todos os grupos armados ilegais, teve que ocupar as comissarias de Tomazeau e Grand Goave, por intermédio da Brigada Haiti, integrada pelo contingente da tropa brasileira.

Como tentativa de se encontrar uma saída negociada para a situação, relatos dão conta da formação de uma comissão composta pelo governo de transição e representantes dos ex-militares que, em 12 de setembro de 2004, inclusive teriam chegado a um “acordo”, para considerar legítimas as reivindicações dos ex-militares, obrigá-los à desocupação dos prédios públicos e à devolução dos equipamentos e material das FAd'H, assegurar o recebimento de

¹⁶ Manifestação do Presidente do Conselho de Segurança da ONU em 10 de setembro de 2004 (S/PRST/2004/32).

uma indenização compensatória e promover Justiça e reparação para os ex-militares vítimas de violência política. De qualquer sorte, desde então não teria ocorrido mais nenhum avanço nas negociações.

Não obstante, o governo transitório também já teria declarado que não entende ser sua a responsabilidade de reorganizar as forças armadas, cabendo tal atribuição ao governo que será eleito juntamente com o novo Congresso.

A Polícia Nacional do Haiti (PNH)

Durante o governo do então Presidente Jean-Bertrand Aristide, pesavam acusações de politização da Polícia Nacional Haitiana (PNH) e do cometimento por setores da instituição de graves violações aos direitos humanos, especialmente em repressão à oposição.

Aristide teria realizado promoções absurdas, desmobilizando a PNH.

À época da visita da comitiva da COPA, a Polícia Nacional do Haiti (PNH) encontrava-se em fase de reestruturação.

Até antes da deflagração da atual crise, a PNH contava com um efetivo de 2.500 policiais. Hoje, muito embora já alcance 4.000, o número ainda estaria muito longe dos desejados 12.000 policiais.

Haveria carência de veículos, armamentos e equipamentos de comunicação. Inúmeras de suas instalações em diversas cidades, incluindo Gonaïves, também foram destruídas com o agravamento da crise política.

Ao menos em Porto Príncipe e cercanias foi possível constatar sua maior presença nas ruas.

Segundo relatos, a PNH apresenta-se violenta, não confiável, mal preparada e mal estruturada.

Também haveria notícia de policiais envolvidos com gangues e servindo como informantes.

Por outro lado, seria eficiente na realização de escoltas, no desempenho de atividades típicas de corpo de bombeiros e em outras ações específicas quando apoiada pelo contingente militar da MINUSTAH e pela CIVPOL.

A falta de coordenação prévia da PNH com a MINUSTAH também se constituiria em um problema. Em muitos casos, a MINUSTAH teria sido surpreendida com a solicitação de seu apoio pela PNH com a operação já iniciada e os problemas em curso.

Uma das atribuições da MINUSTAH é apoiar justamente a reforma e a reestruturação da PNH.

A MINUSTAH

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), nos termos da Resolução 1542, de 30 de abril de 2004.

A MINUSTAH tem por mandato, dentre outras atribuições:

- a) estabelecer um ambiente seguro e estável;
- b) apoiar o processo político, inclusive a realização de eleições na data mais próxima possível;
- c) apoiar, monitorar e informar a respeito da situação de direitos humanos.

Na verdade, não se teria notícia de missão da ONU com mandato tão amplo, que perpassa temas como segurança, diálogo, eleições, direitos humanos, desenvolvimento das instituições, organização da polícia e a apoio ao governo na implementação das medidas econômicas para que o País possa funcionar.

Não obstante, o Conselho de Segurança teria decidido que a MINUSTAH não pode se ocupar de projetos humanitários, não possuindo poderes segundo o seu mandato, nem órgãos para o gerenciamento de tais programas junto com o governo haitiano.

Antes, de 29 de fevereiro a 25 de junho de 2004 operou no País, também por determinação do Conselho de Segurança da ONU, uma Força Multinacional Interina (MIF), composta por cerca de 3.400 militares, sendo 1.800 americanos, 800 franceses, 460 canadenses e 340 chilenos, que teve por mandato o restabelecimento da ordem pública, a contenção da atividade de grupos armados ilegais, a segurança dos prédios públicos e garantia do acesso pela população à ajuda prestada por agências humanitárias.

Em 25 de junho de 2004, a autoridade da MIF foi transferida para a MINUSTAH.

A MINUSTAH é integrada por um componente civil, com um efetivo previsto de até 1.622 de policiais civis, e outro militar, de até 6.700 militares de todas as patentes.

À época da visita da comitiva da COPA, a MINUSTAH contava com 1.228 policiais civis e 4.489 militares, o que correspondia, respectivamente a 76% e 67% dos efetivos previstos em cada componente.

A carência de efetivo, tanto militar como civil, bem como de pessoal civil, estaria impedindo a MINUSTAH de cumprir seu mandato em toda a plenitude.

A MINUSTAH, que tem o seu Quartel-General sediado em Porto Príncipe, conta ainda com uma brigada de infantaria e dois outros batalhões naquela cidade, bem como batalhões de infantaria em Cap-Haïtien, Hinche, Jacmel, Gonaïves, Port-de-Paix e Les Cayes.

O componente militar reporta-se diretamente ao Representante Especial do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) por intermédio do Comandante da Força.

A Assembléia Geral da ONU alocou recursos para a MINUSTAH na ordem de 379,05 milhões de dólares americanos para o período de 1º de julho de 2004 a 30 de junho de 2005, bem como 49,26 milhões de dólares americanos para o período de 1º de maio a 30 de junho de 2004.¹⁷ Estados Unidos e Canadá seriam os países que mais recursos investem na manutenção da MINUSTAH.

À época, a Brigada Haiti, concentrada em Porto Príncipe, realizava o patrulhamento da cidade, blitz de veículos voltada exclusivamente ao desarmamento, operações conjuntas com a PNH e a CIVPOL, bem como a escolta de autoridades e comboios para Gonaïves.

Relatos dão conta de dificuldades enfrentadas pela Brigada Haiti, como o seu envolvimento em situações desnecessárias, resultando em deterioração do poder de combate, diante da falta de informações precisas e/ou confiáveis; a ausência na estrutura da brigada de elementos de inteligência para a busca e coleta de informações, não autorizados em seu mandato; o comprometimento da confiança na tropa por parte da população local à falta de projetos de infra-estrutura e de ajuda humanitária pela MINUSTAH; o seu emprego fora de sua real capacidade face à ausência de outras tropas na estrutura da MINUSTAH.

A população já teria apoiado mais a MINUSTAH, que já começa a enfrentar o que até então se considerava uma “*normal impaciência*” dos haitianos e da comunidade internacional, que esperavam que a missão tivesse realizado mais em seus quatro meses de atuação.

Segundo relato de seus comandantes, as tropas da MINUSTAH já foram alvo de ataques e a população, à época da visita da comitiva da COPA, estaria cobrando mais segurança e ações sociais.

Não obstante isso, os ataques às forças da MINUSTAH não refletiriam uma oposição geral à presença da ONU no País, visto que constatada a sua ocorrência apenas de modo eventual e restrita a algumas localidades de Porto Príncipe.

Autoridades da própria MINUSTAH defendem que a comunidade internacional não pode realizar apenas eleições “*hit and run*” no País, mas que deve impulsionar um diálogo nacional, possibilitando, assim, a reconstrução das instituições haitianas. Destacam inclusive a importância da participação principalmente dos parlamentares latino-americanos na condução desse processo de diálogo.

A participação dos países latino-americanos (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Peru) na MINUSTAH e nas iniciativas da comunidade internacional voltadas para a superação da crise atual do Haiti é vista de maneira positiva e com enorme expectativa de que, diante da proximidade cultural e das dificuldades econômico-sociais que estes países também enfrentam, continuem a se mostrar solidários, prestando, sem desrespeito à soberania haitiana, a assistência técnica e financeira de que o País tanto necessita para a recuperação de sua estabilidade política.

¹⁷ ONU, Assembléia Geral Resolução A/RES/59/17, “Financiamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti”.

AS ATUAIS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO HAITI

O Clima de Insegurança

Por ocasião da visita da delegação da COPA ao Haiti, relatos indicavam o recente recrudescimento da violência no País.

Há quem sustente, no entanto, que pelo estado de miséria em que vivem os haitianos, os índices de violência poderiam ser inclusive mais alarmantes, se comparados com aqueles de outros países no mundo em idênticas condições sócio-econômicas.

De qualquer sorte, o potencial de criminalidade seria bastante elevado.

Muito embora a situação em Porto Príncipe não fosse das piores, a segurança naquela cidade apresentava-se frágil e volátil e, segundo relatos, a população viveria em constante estado de pânico.

Na cidade de Gonaïves, a falta de ação do governo de transição, a presença apenas simbólica da polícia e o tráfico de drogas e de veículos estariam contribuindo para o estado de insegurança que ali também se constatava.

Há relatos da atuação de indivíduos e grupos armados ilegais nas principais cidades do País, dentre eles “*rebeldes*” que seriam liderados por Guy Phillipe, a partir de sua base, na cidade de Gonaïves.

Existiria ainda um elevado número de agentes de segurança privada e portadores de armas.

Segundo relatos, em Porto Príncipe, a violência apresentaria índices mais alarmantes nos bairros de Bel Air e Cité Soleil, zonas onde a delegação da COPA pôde constatar que reside um significativo número de simpatizantes de Aristide, que continuam reivindicando seu retorno ao governo, segundo evidenciado pela inscrição de dizeres e afixação de pôsteres nos muros que aparentavam ser recentes.

Com a instalação de um posto da MINUSTAH e a intensificação no patrulhamento da região, a situação em Bel Air já se apresentava sob controle, muito embora a violência continuasse aumentando em Cité Soleil em decorrência do conflito de gangues.

Especialmente na região de Bel Air, partidários do ex-Presidente Aristide, denominados de “quimeras” (“*chimères*”), são acusados de fazerem uso da violência armada e praticarem atos terroristas como meio de reivindicar o seu retorno ao governo.

Os “*chimères*” seriam grupos armados que teriam contado antes com o apoio e financiamento do governo do então Presidente Jean-Bertrand Aristide e de setores da Polícia Nacional Haitiana (PNH).

A desintegração e politização da polícia no período de Aristide teriam levado ao tráfico e proliferação no porte de armas pequenas.

Pesariam ainda contra o governo daquele ex-Presidente acusações de envolvimento com o narcotráfico e do favorecimento da entrada do Haiti na rota internacional do tráfico de drogas.

Um vasto contrabando de armas e inclusive tráfico de drogas ainda estaria ocorrendo à época da visita da comitiva da COPA na fronteira com a República Dominicana, cujo governo acreditaria que as forças armadas haitianas poderiam ser reorganizadas para cuidar do patrulhamento daquela região.

Não obstante as operações que a MINUSTAH vinha realizando, um número muito reduzido de armas até então tinha sido apreendido.

Por ocasião da visita da delegação da COPA, a atuação de grupos armados ilegais continuava sendo vista como um desafio à autoridade também do governo de transição e comprometedora da estabilidade e da segurança em algumas partes do País.

À época da visita da comitiva da COPA, a dura repressão, os atos de tortura e outras graves violações de direitos humanos de que as forças policiais são acusadas de terem cometido durante o último governo do ex-Presidente Aristide pareciam comprometer a atuação da Polícia Nacional do Haiti, havendo relato de casos em que a população não toleraria nem mesmo a sua presença em determinadas localidades. O descrédito na instituição policial, no entanto, estaria acentuando ainda mais o clima de insegurança existente no País, fomentando a mobilização de ex-militares e, não muito raro, nas situações em que era chamada a intervir, resultando em conflitos entre a população e polícia.

No que diz respeito ao desarmamento, a MINUSTAH estaria esperando complementar o seu contingente para intensificar suas atividades no particular, inclusive de desmantelamento dos grupos armados ilegais. Para isso, acreditava ser de fundamental importância que a comunidade internacional comesçasse a prover o quanto antes a ajuda econômica às massas desfavorecidas.

Autoridades da MINUSTAH admitem que o objetivo da missão não é eliminar a violência estrutural existente na sociedade haitiana, o que seria demasiado ingênuo conceber e mesmo impossível de ser realizado. O objetivo da MINUSTAH deve ser o de permitir que País funcione, que a violência não comprometa a existência das próprias instituições. Para tanto será necessário cortar o vínculo entre quem ocupa o poder e a violência praticada por grupos armados ilegais.

A Deterioração das Condições Sócio-Econômicas e Ambientais do País

Estima-se a população do Haiti em 8,5 milhões de habitantes, dos quais 2 milhões viveriam na região da capital, Porto Príncipe.

O Haiti está classificado em 146º lugar entre os 173 (cento e setenta e três) países avaliados segundo o Índice de Desenvolvimento Humano.

40% da receita do País provêm da remessa de recursos por haitianos vivendo no exterior.

52% dos habitantes se encontrariam abaixo da linha de pobreza e 51% da população estariam afetados por desnutrição crônica.

Na área de saúde, relatam-se a presença de inúmeros médicos cubanos e a mais absoluta carência de estrutura no atendimento hospitalar.

O analfabetismo alcançaria 52,9% da população.

A taxa de haitianos portadores de HIV/Aids seria uma das mais elevadas do mundo e a mais acentuada fora da África sub-saariana.

Há notícia da utilização da mão-de-obra haitiana em países como a República Dominicana, por exemplo, em condições análogas à escravidão.

Há relatos de que, com o incremento da presença da comunidade internacional desde a deflagração da crise, elevou-se o número de prostitutas, especialmente na região de Pétionville, sendo que a maioria delas procedentes da República Dominicana.

Acentuado êxodo rural teria resultado de embargo que vigia no passado e da redução na exportação de produtos agrícolas.

As estradas apresentavam-se em péssimas condições, o que comprometia o escoamento agrícola e mobilidade da população.

Estaria prevista para março de 2005 a realização pelos EUA de exercícios de engenharia militar para a recuperação de estradas na região de Gonaïves. Aliás, a disponibilização de engenharia militar seria uma das principais reivindicações do comando da MINUSTAH, que vinha formalizando o pleito junto aos países da ONU.

Em sobrevôo realizado sobre Porto Príncipe e em direção à cidade de Gonaïves, a comitiva da COPA pôde constatar parte dos graves problemas ambientais que assolam o País, como o desmatamento, a erosão e assoreamento de rios. Nas cidades que visitou, a delegação pôde verificar ser uma constante, na maior parte das localidades, mas, especialmente nas áreas onde vive a população mais necessitada, a falta de infra-estrutura básica, com esgoto correndo a céu aberto, ausência de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

Observou-se ainda a precariedade das instalações comerciais e habitacionais e um elevado número de construções inacabadas.

Também se mostraram deploráveis as condições de higiene e de conservação dos alimentos que se comercializam nas ruas e mercados populares, bem como de trabalho daqueles que sobrevivem deste ofício, especialmente mulheres, na sua grande maioria, que, por vezes, permanecem por horas a fio mal acomodadas e, ao cair da noite, desenvolvendo as suas atividades apenas sob a luz de velas.

A mais absoluta falta de cuidados pessoais especialmente no caso de crianças também foi constatada, que, por vezes, foram vistas brincando descalças em meio ao esgoto correndo a céu aberto.

Em sua visita às áreas menos favorecidas da capital haitiana e também de Gonaïves, a comitiva da COPA pôde constatar que uma significativa parcela da população sobrevive em áreas superpovoadas e em condições sub-humanas, instaladas em habitações improvisadas em meio ao depósito de toneladas de lixo, vias não-pavimentadas, esgoto correndo a céu aberto, falta de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

A implementação de projetos de coleta do lixo era questão que se mostrava prioritária.

Tais condições evidenciam que, ao longo dos anos, os programas de assistência e ajuda humanitária da comunidade internacional não alcançaram, como deveriam, a população mais necessitada, o que sugere que os recursos financeiros para tanto disponibilizados não foram adequadamente alocados ou gerenciados, ou podem mesmo ter sido indevidamente apropriados, bem como que a fiscalização de sua aplicação também não foi realizada a contento.

Há relatos de que alguns dirigentes do próprio movimento Lavalas, distanciados politicamente de Aristide, sustentam que o ex-Presidente teria manipulado as camadas mais desfavorecidas contra a elite burguesa e sido extremamente ineficiente do ponto de vista administrativo, não sabendo aplicar com efetividade os recursos que tinha à sua disposição.

Com o agravamento da crise, desestruturaram-se os serviços públicos, a administração, a polícia, a educação, a saúde e, de modo ainda mais crítico, a justiça.

Em 19 e 20 de julho de 2004, em Washington, a ONU organizou Conferência dos Doadores, da qual participaram, dentre outros, o Banco Mundial, a Comissão Européia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ocasião em que mais de um bilhão de dólares em empréstimos e doações foram prometidos ao governo de transição do Haiti para a reconstrução do país.

À época da visita da comitiva da COPA, a expectativa era a de que os recursos fossem prontamente liberados de modo a permitir a implementação o quanto antes de um amplo programa de recuperação sócio-econômica do País e de promoção do desenvolvimento.

Autoridades da própria MINUSTAH afirmavam que o crescimento econômico, ainda que limitado, permitirá que o País ao menos se estabilize.

Esperava-se ainda, especialmente em relação àqueles que contribuem com recursos e pessoal para a manutenção da MINUSTAH, que os governos também apresentem projetos bilaterais de cooperação na área sócio-econômica e de ajuda humanitária.

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

As ações do governo de transição do Haiti, a atuação da MINUSTAH e as iniciativas que até então foram tomadas pela comunidade internacional para a solução da crise haitiana, muito embora sejam louváveis, ainda não foram suficientes para por fim à instabilidade política e ao clima de insegurança em que vive o País.

Um clima de desconfiança acerca da plena estabilização política e dos rumos do País ainda persiste entre os principais protagonistas responsáveis pela deflagração da crise haitiana.

A demora, a burocracia, a indefinição acerca das prioridades e a falta de planejamento e coordenação entre a comunidade internacional e o governo de transição na realização de investimentos e implementação de programas na área social, muito embora deva ser reconhecido o empenho com que se tem atuado para a superação destes obstáculos, têm acelerado e acentuado ainda mais a deterioração das já calamitosas condições sócio-econômicas em que vive a maior parcela da população haitiana.

Reconhece-se o fato de que antes mesmo do recrudescimento da crise os desafios sócio-econômicos já não eram poucos. No entanto, com o agravamento da instabilidade política, novamente é a população civil quem continua sofrendo e mais sendo atingida com a degradação da situação política no Haiti.

Coincidência ou não, percebe-se que as tensões políticas e a violência no Haiti, que levariam à deflagração da crise atual, acentuaram-se logo após o encerramento das atividades das missões da ONU no País, da MIPONUH em 2000 e da MICIVIH e da MICAH em 2001, bem como da interrupção, também àquela época, pelos países doadores e instituições financeiras internacionais, do apoio que prestavam ao Haiti.

A vida de uma parcela significativa da população na mais absoluta miséria, sendo alarmante o número daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, para os quais as ações e as instituições do Estado revelam-se simplesmente ausentes ou ineficientes, somente reforça o descrédito e à apatia política, o que contribui, paradoxalmente, para alijar do processo político justamente aqueles cuja participação deveria ser a mais ativa.

A histórica persistência desse quadro sócio-econômico, agravada pelo recrudescimento da violência e pela vinculação aos detentores do poder ou aos opositores do regime da proliferação de indivíduos e grupos armados ilegais, torna praticamente impossível o estabelecimento e a manutenção duradoura de pactos sociais e políticos, bem como da prática democrática republicana de realização de eleições livres e transparentes, com alternância no exercício do poder.

Percebe-se uma confusão entre os atos praticados com motivação política e os delitos de natureza comum cometidos por bandos, gangues ou indivíduos armados, bem como a nítida e deliberada exploração política desta desordem, em que mesmo os crimes cometidos sem qualquer propósito político são atribuídos aos partidários do ex-Presidente Aristide ou aos seus opositores políticos.

A permanente difusão de boatos pela imprensa local e internacional, bem como pelas próprias autoridades locais, em muito tem contribuído para a disseminação dessa *“cultura do medo”* e a maximização da violência.

Pelo menos no momento da visita da delegação da COPA ao País, todas as facções e partidos políticos haitianos com os quais se reuniu colocaram-se favoráveis à permanência das tropas da MINUSTAH, desde que a Missão continue a atuar de forma isenta e respeitando a soberania do Haiti, não se posicionando favorável ou contrariamente a nenhum dos grupos políticos existentes no País.

A expectativa é de que a MINUSTAH possa continuar contribuir para assegurar o retorno do clima de segurança e a efetiva estabilização política.

Não obstante, muito embora aqui se pretenda inclusive reafirmar a indissociabilidade, a interdependência e inter-relação dos direitos humanos, foi possível identificar razoável consenso entre os nacionais haitianos e os estrangeiros que se reuniram com a comitiva da COPA no sentido de que uma mudança no foco de sua atuação desta vez deverá ser ao menos tentada pela comunidade internacional, de maneira que as medidas voltadas para a estabilização política do País e o restabelecimento do clima de segurança não sejam priorizadas em detrimento daquelas destinadas à sua recuperação sócio-econômica.

A esperança é de que o paradoxo aparentemente existente em toda e qualquer missão de paz da comunidade internacional desta vez seja resolvido em benefício da população mais necessitada: se é verdade que sem um ambiente de segurança nenhum país a princípio recebe investimentos do exterior, acredita-se no caso específico do Haiti que a comunidade internacional poderá contribuir cada vez mais para a criação e manutenção destas condições de segurança na exata proporção em que forem implementados projetos na área de infraestrutura e promovidas ações sociais que cheguem efetivamente à população mais carente.

A célere e continuada deterioração das condições sócio-econômicas e ambientais do País, com a exclusão cada vez mais acentuada de uma parcela também cada vez mais significativa da população, deve ser urgente, eficaz e concomitantemente enfrentada sob pena de, na verdade, agravar-se ainda mais a não menos aguçada instabilidade política do País.

Por outro lado, também é preciso criar as condições inclusive culturais para a superação da radical polarização com comprometimento da via democrática e da alternância no exercício do poder que sempre caracterizou a situação política no Haiti. Todo grupo que chega ao poder procura se fortalecer para que ali possa permanecer indefinidamente. Não basta a simples vitória nas urnas. O propósito é sempre o de excluir, eliminar mesmo do cenário político e de qualquer possibilidade de disputa eleitoral futura o que se apresenta como adversário político, quer pela supressão de eleições, quer pela fraude na sua realização.

Na verdade, se é que já existiu antes, há muito não se experimenta uma cultura democrática no Haiti.

Não obstante, é consenso hoje que estabilidade, paz e desenvolvimento são conceitos diretamente relacionados com democracia. Uma condição não se realizará plenamente sem a efetivação da outra.

A tendência, inclusive, é ainda mais radical, no sentido de que não se pode falar plenamente de democracia se nem todos os atores sociais participam da construção do consenso necessário para o seu fortalecimento.¹⁸

Para a solução pacífica e duradoura da crise política no Haiti será necessário assim estabelecer o diálogo amplo e franco entre as partes conflitantes sobre os meios para se alcançar a plena estabilização política do País e a sua recuperação sócio-econômica, promovendo o resgate da confiança no processo político e no funcionamento das instituições democráticas, inclusive das agremiações partidárias; a construção do consenso para a

¹⁸ Esse o espírito por exemplo da Resolução da OEA AG/DEC. 31 (XXXIII-O/03).

realização de eleições gerais livres, justas e transparentes e o desarmamento dos indivíduos e grupos armados ilegais.

A estabilidade política não será alcançada sem que as partes conflitantes recuperem antes a confiança nas instituições do Estado, como único autorizado tanto para assegurar e promover o exercício de direitos como para punir os excessos porventura daí decorrentes, e no processo político, como meio de legitimação daqueles alçados à condição de governantes, bem como de todos os outros que queiram se apresentar como seus opositores.

Não obstante, para uma solução pacífica da crise, não se pretendendo cogitar senão desta hipótese, é necessário que as partes conflitantes pelo menos se disponham a dialogar, ocasião em que poderão definir os meios para a consecução daquele objetivo, inclusive usufruindo, assim, da condição de protagonistas de seu próprio destino e do de seu País.

Como dela se espera não mais que solidariedade, jamais intervenção, a comunidade internacional em muito poderá contribuir se servir como mediadora desse diálogo, do qual se almeja resulte, também com a sua assistência técnico-financeira, as condições para a restauração e consolidação da ordem constitucional haitiana, que também consagra a prática democrática republicana de realização de eleições livres e transparentes, com alternância no exercício do poder.

Ao mesmo tempo em que precisa ser normalizado o seu funcionamento, as instituições democráticas também deverão ser fortalecidas.

O clima de segurança não será restabelecido sem que a população haitiana também recupere a confiança não só nas instituições do Estado mas bem assim em seus dirigentes políticos, sejam eles governantes ou de oposição, como agentes capazes de empreender as ações que as condições sócio-econômicas do País exigem ou as mudanças políticas se esta tarefa não for realizada a contento, conforme dirão o tempo e as urnas, na mediação deste outro diálogo ainda mais amplo da sociedade haitiana.

Os preparativos para as eleições gerais deverão ser intensificados, avaliando-se com regular freqüência se estão sendo alcançadas e mantidas as condições adequadas para a sua realização conforme previsto em 2005.

Para tanto, a comunidade internacional não poderá medir esforços, sendo certo ainda que deverá ser célere e eficiente na alocação dos recursos destinados à recuperação sócio-econômica do País.

O governo transitório, os novos governantes a serem eleitos e todos os demais grupos e indivíduos que se apresentarem como seus opositores devem assumir pública e expressamente o compromisso de obedecerem as normas internacionais de direitos humanos, incluindo as resoluções da comunidade internacional que clamam pelo respeito ao estado de direito e solução pacífica e duradoura do conflito.

A resposta ao clima de insegurança poderia e certamente também deverá ser dada com programas de desarmamento e de reestruturação e capacitação da polícia e do judiciário. A polícia necessita de renovação e profissionalização e seu contingente também capacitado na observância dos direitos humanos. Serão no entanto inócuas ou meramente paliativas as iniciativas para eliminar a insegurança decorrente da violência se ao mesmo tempo também

não forem feitos os investimentos para, sobretudo à população mais necessitada, garantir a segurança dos seus direitos à alimentação, ao lazer, ao trabalho, à educação, à infra-estrutura básica, ao meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável.

Acredita-se, no entanto, que mesmo com a promoção do diálogo, a realização de eleições e o desarmamento da população, não haverá nem solução política, nem segurança duradouras enquanto persistirem as graves mazelas sócio-econômicas que atingem a maior parte da população haitiana e que, ao seu ver, insiste a COPA, hoje se constituem no maior obstáculo para a resolução pacífica e negociada da crise política e o restabelecimento do estado democrático de direito e da governabilidade no Haiti.

Assim, ao mesmo tempo em que se preparam as condições para a realização das eleições e se promove o desarmamento, investimentos urgentes deverão ser feitos na área de infra-estrutura e em programas sociais, certificando-se de que os recursos beneficiarão primeiro e preferencialmente os segmentos mais necessitados da população e de que se encontram muito bem definidas as responsabilidades, inclusive do governo local e da sociedade civil, quanto à implementação e fiscalização na execução dos projetos.

A estabilização política do Haiti só ocorrerá com a organização da população por meio de programas sociais e com a reconstrução econômica do País, sugerindo-se, para tanto, a criação de um Fundo específico pela comunidade internacional.

Mesmo com o estabelecimento da MINUSTAH, é de fundamental importância que a ONU, a OEA e todos os outros organismos, agências e entidades internacionais continuem trabalhando juntas para a solução da crise no Haiti, buscando aprimorar a coordenação e a complementaridade em sua atuação conjunta.

De qualquer sorte, a MINUSTAH não deveria permanecer no País por período superior de tempo àquele que a comunidade internacional e a sociedade haitiana avaliarem como imprescindível para salvaguardar o ambiente estável e democrático necessário para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Por sua vez, os parlamentos e governos nacionais também devem assumir pública e expressamente o compromisso de contribuir para o pronto e duradouro restabelecimento da democracia e a reconstrução das instituições políticas no Haiti, especialmente mediante o aporte de pessoal e de recursos financeiros, a disponibilização de empréstimos e a realização de investimentos no País.

O povo haitiano conta com a solidariedade internacional no seu anseio de encontrar uma solução pacífica para a crise atual e de não permitir que se deteriore ainda mais as já frágeis condições humanitárias e sócio-econômicas.

Feitas essas considerações, a comitiva que visitou o Haiti no período de 12 a 15 de novembro de 2004 **propõe** ao Comitê Executivo da COPA que, durante a sua próxima reunião, em Havana, Cuba:

a) adote a resolução cuja minuta é apresentada em anexo sobre *“A Crise no Haiti e a Construção de uma Solução Pacífica e Duradoura Para a Plena Estabilização Política do País e a sua Recuperação Sócio-Econômica”*;

b) aprove o encaminhamento da resolução sobre *“A Crise no Haiti e a Construção de uma Solução Pacífica e Duradoura Para a Plena Estabilização Política do País e a sua Recuperação Sócio-Econômica”*, acompanhada do Relatório Final da Missão de Bons Ofícios ao Haiti, aos parlamentos nacionais com representantes afiliados à COPA e dos Estados Partes da OEA e daqueles que integram a MINUSTAH, aos organismos multilaterais como a OEA e a ONU, ao Banco Mundial, à União Européia, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e demais instituições que considerar apropriado, urgindo-os a adotarem medidas no âmbito de suas respectivas competências que favoreçam a plena estabilização política do Haiti e a sua recuperação sócio-econômica;

c) delibere pela constituição de comissão para, até a realização das eleições gerais no País, previstas para 2005, continuar acompanhando a matéria, mantendo-o informado sobre a evolução dos fatos e sugerindo medidas que possam ser adotadas pela COPA no propósito de contribuir para a plena estabilização política do país e a sua recuperação sócio-econômica;

d) uma vez fixada oficialmente a data do pleito, considere a possibilidade de designar comitiva para a participação em Missão Eleitoral de acompanhamento da realização das eleições gerais do Haiti.

É o relatório, à consideração.

Porto Príncipe, Haiti, 15 de novembro de 2004.

Maria José Maninha
Deputada pelo Brasil, Presidente da COPA

Dra. Clair
Deputada - Brasil

Fernando Gabeira
Deputado - Brasil

Charlotte L'Écuyer
Deputada da Assembléia Nacional do Québec - Canadá

Jhannett Madriz Sotillo
Deputada do Parlamento Andino - Venezuela

ANEXO I

RESOLUÇÃO (MINUTA)

“A CRISE NO HAITI E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOLUÇÃO PACÍFICA E DURADOURA PARA A PLENA ESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS E A SUA RECUPERAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA”

CONSIDERANDO o relatório apresentado pela comitiva da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), presidida por sua Presidenta, Maria José da Conceição Maninha, que visitou o Haiti no período de 12 a 15 de novembro de 2004, em Missão de Bons Ofícios com o objetivo de verificar *in loco* as condições sociais, políticas e econômicas ali então existentes, de modo que pudesse melhor avaliar como continuar contribuindo para a plena estabilização política e a recuperação sócio-econômica daquele País;

LAMENTANDO o sacrifício de inúmeras vidas humanas e os consideráveis prejuízos materiais decorrentes da deflagração da crise resultante do agravamento dos conflitos políticos que se verificam desde as eleições realizadas em 21 de maio de 2000;

DEPLORANDO que desde o conflito político instaurado por ocasião das eleições realizadas em 21 de maio de 2000 a comunidade internacional não tenha se empenhado com ainda maior denodo para evitar a evolução dos acontecimentos que viria a resultar na deflagração da atual crise do Haiti;

LASTIMANDO que não tenha sido possível a implementação do Plano de Ação Prévia proposto pela Comunidade dos Países do Caribe (CARICOM) em 31 de janeiro de 2004;

AGRADECENDO a todas as autoridades do governo de transição do Haiti e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), bem como às lideranças políticas e da sociedade civil que receberam e se reuniram com a delegação da COPA durante a sua permanência naquele País e, ainda, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro e o Embaixador brasileiro no Haiti, além do apoio logístico e a segurança oferecidos pelo contingente da tropa brasileira integrante da MINUSTAH, especialmente a Brigada Haiti e o Grupamento de Fuzileiros Navais;

CONSTATANDO que as ações do governo de transição do Haiti, a atuação da MINUSTAH e as iniciativas que até então foram tomadas pela comunidade internacional para a solução da crise haitiana, muito embora sejam louváveis, ainda não foram suficientes para por fim à instabilidade política e ao clima de insegurança em que vive o País;

OBSERVANDO que a demora, a burocracia, a indefinição acerca das prioridades e a falta de planejamento e coordenação entre a comunidade internacional e o governo de transição na realização de investimentos e implementação de programas na área social, muito embora deva ser reconhecido o empenho com que se tem atuado para a superação destes obstáculos, têm acelerado e acentuado ainda mais a deterioração das já calamitosas condições sócio-econômicas e ambientais em que vive a maior parcela da população haitiana;

AVALIANDO a necessidade de que as partes conflitantes resgatem a confiança nas instituições do Estado e no processo político, bem como a população haitiana também em seus dirigentes políticos;

RESOLVE a Confederação Parlamentar das Américas (COPA), por intermédio de seu Comitê Executivo:

- 1. REITERAR** os termos das suas resoluções anteriores sobre a situação no Haiti adotadas em março de 2004, em Brasília, Brasil, e setembro de 2004, em San Juan, Porto Rico;
- 2. CONGRATULAR** a ONU e a OEA pelas iniciativas que foram prontamente tomadas logo após a saída do País do ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, evitando a perda de um número ainda maior de vidas humanas e o agravamento ainda mais acentuado da crise haitiana;
- 3. ENALTECER** o trabalho realizado pela MINUSTAH no País, notadamente as ações sociais que tem desempenhado, com especial destaque para o contingente da tropa argentina alojado em Gonaïves pela ajuda humanitária prestada após a passagem da tormenta tropical Jeanne pelo País em setembro de 2004;
- 4. SOLICITAR** que os governos que se comprometeram perante a ONU diligenciem para disponibilizar os recursos financeiros e agilizar o envio de tropas militares e forças policiais prometidos para que se complemente o quanto antes o efetivo da MINUSTAH e seja aprimorada a sua atuação;
- 5. CONDENAR** com veemência os atos de violência de qualquer natureza ou motivação praticados por indivíduos e grupos armados, bem como a exploração política de tais ocorrências, que somente agrava o clima de insegurança vivido pela população, concitando a todos que se encontram em solo haitiano a entregarem às autoridades competentes as armas de que dispõem sem registro ou porte legal;
- 6. PROPOR** a realização de um amplo, livre, franco, democrático e transparente diálogo nacional tendo por objetivo a construção de uma solução pacífica e duradoura para a plena estabilização política do país e a sua recuperação sócio-econômica, conclamando as lideranças de todos os segmentos políticos e das entidades mais representativas da sociedade civil a dele participarem e o governo de transição do Haiti e a comunidade internacional a assegurarem tais condições;
- 7. SOLICITAR** que o governo de transição haitiano se empenhe, inclusive intensificando os preparativos, e que a comunidade internacional proveja a assistência técnica e disponibilize os recursos financeiros necessários, para garantir o clima de segurança e as condições apropriadas para a realização de eleições gerais livres, justas e transparentes nas datas já fixadas em 2005;
- 8. ENCORAJAR** os segmentos políticos e as entidades mais representativas da sociedade civil a contribuírem com a realização das eleições, participando de atividades partidárias e indicando os seus candidatos, acompanhando o cadastramento de eleitores e fiscalizando a votação e a apuração de seus resultados, bem como a reconhecerem a legitimidade dos eleitos e dos que vierem a se apresentar como seus opositores políticos, adotando um pacto de boa governança, promoção e defesa dos direitos humanos, observância das resoluções da comunidade internacional que clamam pelo respeito ao estado de direito e respeito da prática democrática republicana de alternância no exercício do poder mediante a realização de eleições livres e transparentes;

- 9. CONCLAMAR** o governo transitório do Haiti a envidar todos os seus esforços e a comunidade internacional a prover a assistência técnica e disponibilizar os recursos financeiros necessários para o combate à impunidade, mediante a adoção, dentre outras, de medidas voltadas para assegurar a independência e o fortalecimento das instituições judiciais e policiais, com a profissionalização de seus integrantes e capacitação na observância dos direitos humanos;
- 10. APELAR** para que a comunidade internacional e as instituições financeiras internacionais cumpram com seus engajamentos em prol da consolidação da democracia no Haiti, principalmente garantindo que as verbas prometidas durante a Conferência dos Doadores contribuam realmente para a plena estabilização política do País e a sua recuperação sócio-econômica;
- 11. SUGERIR** à comunidade internacional que considere a criação de um Fundo específico bem como destinar ainda maiores recursos para financiar a execução de programas econômicos, sociais e de fortalecimento institucional e inclusive explore meios que permitam superar os obstáculos de ordem burocrática que dificultam a sua rápida implementação e assegurar que os indivíduos e comunidades realmente mais necessitadas sejam os seus primeiros e principais beneficiários;
- 12. CONVIDAR** os parlamentos e governos nacionais a assumirem pública e expressamente o compromisso de contribuírem para o pronto e duradouro restabelecimento da democracia e a reconstrução das instituições políticas no Haiti, especialmente mediante o aporte de pessoal e de recursos financeiros, a disponibilização de empréstimos e a realização de investimentos no País;
- 13. INSTAR** os governos nacionais, organismos, agências e entidades internacionais a continuarem trabalhando juntos e com a sociedade haitiana para a plena estabilização política daquele País e a sua recuperação sócio-econômica, buscando aprimorar a coordenação e a complementaridade em sua atuação conjunta;
- 14. EXTERNAR** novamente a disposição da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) em continuar contribuindo para a plena estabilização política e a obtenção de apoios financeiros e humanitários para a recuperação sócio-econômica do Haiti.